



RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

44



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Saúde pública

Avaliação da saúde pública é ruim e vem piorando

Avaliação dos
sistemas de
saúde
Página 6

Uso do
sistema de
saúde
Página 8

Ações para
melhorar a
saúde pública
Página 13

Obrigação na
prestação do
serviço
Página 18





RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Saúde pública

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade

FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Retratos da sociedade brasileira : saúde pública / Confederação Nacional da Indústria.
Ano 7, n. 44. – Brasília : CNI, 2018.

Ano 7, n. 44 (jun. 2018) Saúde pública

ISSN 2317-7012

1. Saúde pública. 2. Pesquisa de opinião. 3. Brasil. 4. Uso do sistema de saúde. I.
Título.

CDU 614

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9001
Fax: (61) 3317- 9994
<http://www.cni.com.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.com.br

Avaliação da saúde pública é ruim e vem piorando

O percentual de brasileiros que avalia a saúde pública como ruim ou péssima passou de 61%, em 2011, para 75% em 2018. Fatores relacionados à dificuldade de atendimento são os problemas mais mencionados pela população, tais como: demora ou dificuldade para ser atendido, falta de equipamentos, de unidades e de investimentos e falta de médicos.

A dificuldade em marcar horários e o custo estão entre os principais entraves ao acesso à saúde. Oito a cada dez brasileiros concordam que já deixaram de procurar um médico ou de fazer exames devido à dificuldade em marcar horário. O custo também é um entrave importante. Cerca de sete a cada dez brasileiros (73%) concordam que já deixaram de procurar um médico, de fazer exames ou de tomar medicamentos prescritos devido ao custo.

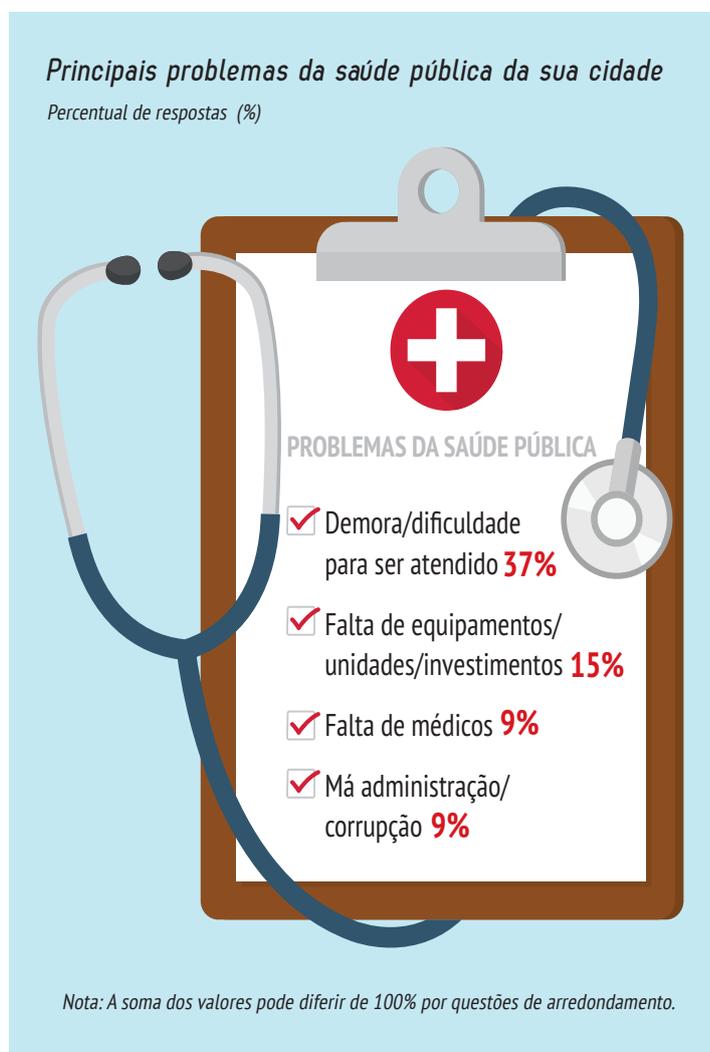
A proporção de brasileiros que utilizou algum serviço em hospital público nos doze meses anteriores à pesquisa cresce de 51%, em 2011, para 65% em 2018. Nesse mesmo período, a nota média da estrutura dos hospitais públicos caiu de 5,7 para 4,6 e a nota média da equipe de médicos e enfermeiros passou de 6,3, para 5,5.

Seis em cada dez brasileiros citam equipar melhor os hospitais e postos de saúde entre as duas principais ações para melhorar a saúde pública. Aumentar o número de médicos e melhorar a formação dos médicos também são ações amplamente mencionadas.

Entre os brasileiros, três em cada quatro concordam que políticas preventivas são mais importantes para melhorar a saúde da população do que a construção de hospitais. O mesmo percentual avalia que é melhor que o paciente seja atendido por um clínico geral antes de um especialista.

Entre as ações e programas de saúde avaliados, as campanhas de vacinação aparecem como a mais utilizada e também como a melhor avaliada. A farmácia popular, a UPA 24h e o combate à dengue/zica/chicungunha também atingem um alto percentual de brasileiros. O programa Brasil Sorridente é o mais desconhecido e é o que recebe a pior avaliação.

Os brasileiros concordam que o governo deve oferecer todos os tipos de tratamento, independentemente do custo (93%) ou da comprovação científica da eficácia do tratamento (82%).



AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE SAÚDE

Avaliação da saúde pública piora entre 2011 e 2018

A saúde pública brasileira é mal avaliada pela maioria da população: três em cada quatro (75%) avaliam o sistema de saúde público do Brasil em geral como ruim ou péssimo. Esse percentual aumenta em relação a 2011, quando 61% dos entrevistados avaliaram-no da mesma forma.

Ainda considerando a avaliação comparativa entre 2011 e 2018: há queda nos percentuais de quem avalia o sistema como bom ou como regular, isoladamente, enquanto o percentual de pessoas que o avaliam como péssimo aumenta 17 pontos percentuais, passando de 39% para 56%.

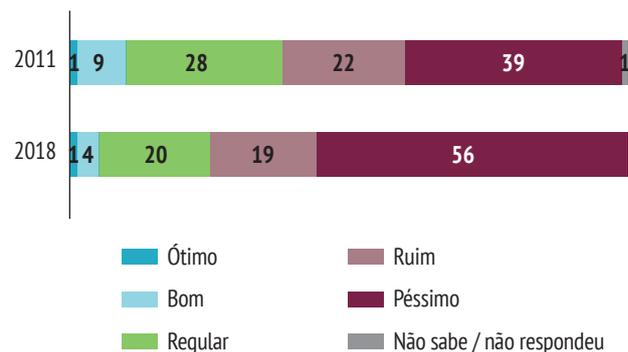
Quando se trata do sistema de saúde pública da cidade do entrevistado, a avaliação é menos negativa, sendo que 56% avaliam como ruim ou péssimo, 27% como regular e 16% como ótimo ou bom. Em relação à pesquisa de 2011, os percentuais das avaliações não se alteram significativamente, isto é, acima da margem de erro da pesquisa (dois pontos percentuais para mais ou para menos). O fato de a avaliação da saúde pública da cidade dos entrevistados ter se mantido praticamente constante enquanto a avaliação da saúde pública brasileira piorou, pode indicar que a piora na avaliação geral está mais relacionada à insatisfação generalizada dos brasileiros e a opiniões baseadas na mídia.

Considerando o levantamento de 2018, a avaliação de que o sistema de saúde da cidade é ruim ou péssimo é maior entre pessoas de menor renda. Praticamente metade das pessoas com renda superior a cinco salários mínimos (51%) avaliam o sistema de saúde de sua cidade como ruim ou péssimo, percentual que aumenta para 60% entre aqueles cuja renda familiar é de até um salário mínimo.

A avaliação do sistema de saúde da cidade é melhor em cidades de menor porte. Em municípios com até 50 mil habitantes, um a cada quatro (25%) avalia o sistema como ótimo ou bom, enquanto 43% avalia como ruim ou péssimo. Já em municípios com mais de 500 mil habitantes esses percentuais são de, respectivamente, 5% e 69%.

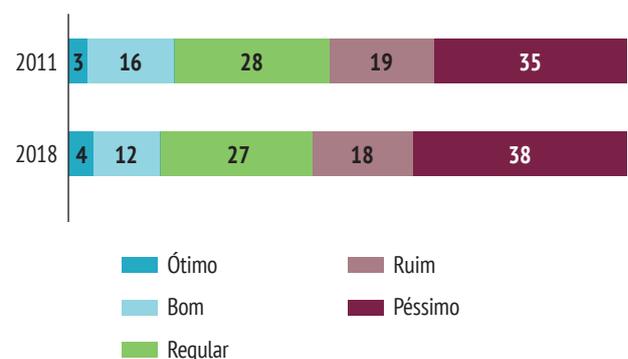
Avaliação da qualidade do sistema público de saúde do Brasil de um modo geral

Percentual de respostas (%)



Avaliação da qualidade do sistema público de saúde da sua cidade

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Demora e dificuldade de atendimento permanecem como principais problemas

Fatores relacionados à dificuldade de atendimento são apontados como o principal problema do sistema de saúde pública da cidade dos entrevistados. Outros problemas citados são: a falta de equipamentos/unidades/investimentos e a falta de médicos.

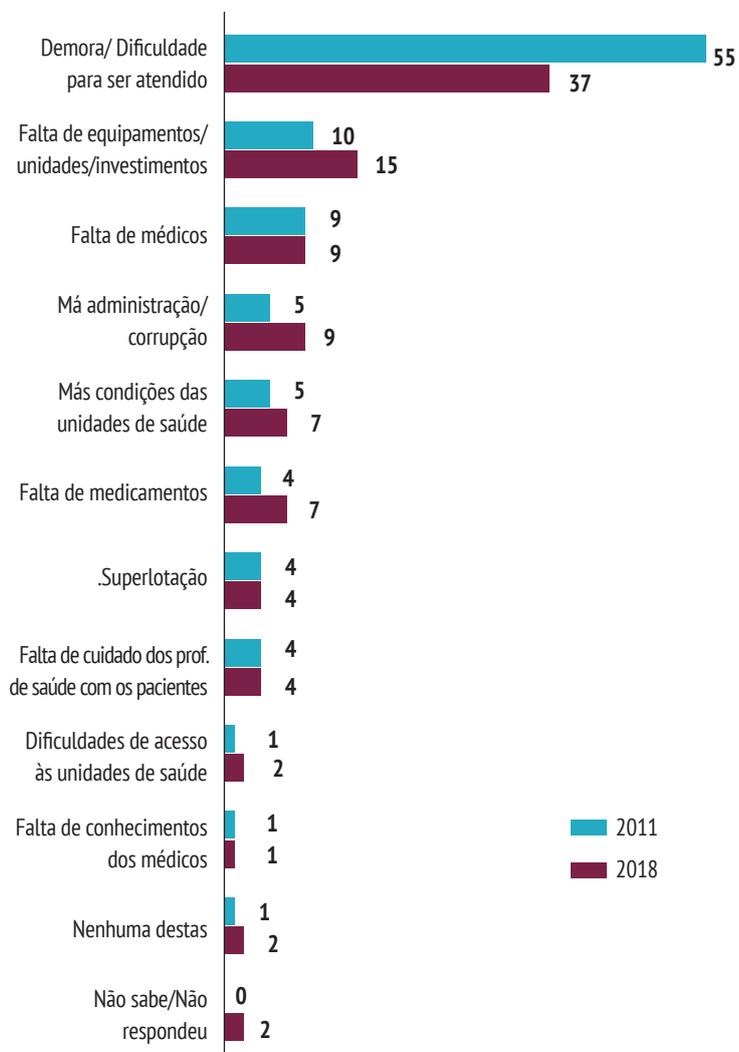
A demora/dificuldade para ser atendido permanece como principal problema do sistema de saúde pública da cidade do entrevistado, embora tenha havido queda de 18 pontos percentuais nas menções a esse fator. Em 2011, pouco mais da metade da população (55%) mencionou este como o principal problema da saúde pública de sua cidade. Em 2018, esse percentual é de 37%.

A falta de equipamentos/unidades/investimentos, em 2011 mencionada por 10% da população como principal problema, passa a ser mencionada por 15% em 2018. A falta de médicos, que em 2011 foi apontada por 9% da população, em 2018 permanece com este percentual. A má administração/corrupção passa de 5% das menções em 2011 para 9% em 2018.

Entre os brasileiros com renda familiar de até um salário mínimo, 39% mencionam a demora/dificuldade para ser atendido, percentual que cai para 32% entre as pessoas com renda familiar superior a cinco salários mínimos. No corte por região, o problema é citado por 42% entre os moradores da região Sul, contra 36% no Nordeste e também 36% no Sudeste e 35% no Norte/Centro Oeste.

Principal problema da saúde pública da sua cidade

Percentual de respostas - 1º lugar (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.



USO DO SISTEMA DE SAÚDE

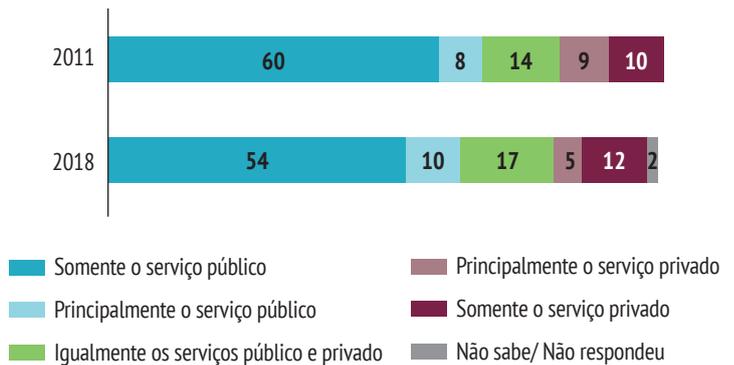
Maioria dos brasileiros usa serviços públicos de saúde

Praticamente dois em cada três brasileiros (64%) utilizam somente ou principalmente, o serviço público de saúde, 17% usam igualmente os serviços público e privado e outros 17% utilizam somente ou principalmente o serviço privado. Esses percentuais permanecem praticamente iguais em comparação com 2011.

O serviço público é mais utilizado entre as pessoas de menor renda familiar. Entre os que possuem renda familiar de até um salário mínimo, oito em cada dez pessoas utilizam apenas ou principalmente o serviço público. Entre aqueles com renda familiar superior a cinco salários mínimos, o percentual cai para aproximadamente três em cada dez pessoas (31%).

Utilização dos sistemas de saúde público e privado

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Brasileiros procuram serviços de saúde principalmente para cuidados preventivos e exames

Os cuidados preventivos se destacam como os principais motivos de os brasileiros procurarem serviços de saúde nos últimos doze meses. Entre os mais mencionados pela população, estão: consultas médicas preventivas (27%), exames clínicos (22%), cuidados emergenciais imediatos (20%), tratamento regular de algum problema de saúde (18%).

As mulheres procuram os serviços de saúde para consultas preventivas com maior frequência que os homens. Entre elas, 34% mencionam esse motivo, contra 19% entre eles. A busca por exames também é maior entre as mulheres: 26% delas citam essa razão para procurar serviços de saúde nos últimos 12 meses, contra 18% dos homens.



Motivos para procurar os serviços de saúde nos últimos doze meses

Percentual de brasileiros que citaram cada motivo (%)

Resposta	Percentual
Consultas médicas preventivas, <i>check up</i>	27
Exames clínicos/ Radiografias/ Mamografias/ Ultrassons/ Papa Nicolau, entre outros	22
Cuidados emergenciais imediatos por causa de ferimento grave por causa de doença grave ou dores muito fortes	20
Tratamento regular de algum problema de saúde	18
Cuidados não emergenciais por causa de ferimento leve, dor suportável ou doença não tão grave	15
Vacinação	15
Busca por medicamentos	12
Busca por informações de forma geral	6
Exame admissional e demissional/ Exames periódicos de saúde solicitados pelo empregador	4
Cuidados com gestação/ Acompanhamento pré-natal	3
Consulta com dermatologistas/ Cirurgias plásticas/ Tratamentos estéticos (como botox, etc.)	2
Consulta com nutricionistas, nutrólogos e preparadores físicos (controle de alimentação, perda de peso, etc.)	2
Nenhuma destas	12
Não sabe/ Não respondeu	4

Nota: A soma dos percentuais é maior que 100% pois cada entrevistado podia apontar mais de um motivo para ter procurado o sistema de saúde.

Em geral, pessoas de todas as faixas etárias procuram serviços de saúde principalmente para consultas médicas preventivas, porém notam-se algumas diferenças entre elas. Pessoas mais novas tendem a procurar mais os serviços de saúde para cuidados não emergenciais por causa de ferimento leve, dor suportável ou doença não tão grave. Entre os

que possuem entre 16 e 24 anos, 22% procuram os serviços de saúde por esse motivo, percentual que cai para 11% entre as pessoas com 55 anos ou mais. Por outro lado, entre os que possuem 55 anos ou mais, é mais frequente a busca por exames clínicos (28%) e por tratamento regular de algum problema de saúde (27%). Entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, esses percentuais caem para 13% e 11%, respectivamente.

Custo e dificuldade de marcar consultas e exames limitam o acesso à saúde

A dificuldade em marcar horários se mostra como obstáculo aos cuidados com a saúde dos brasileiros. Oito a cada dez brasileiros concordam totalmente ou em parte que já deixaram de procurar um médico ou de fazer exames devido à dificuldade em marcar uma consulta ou exame. A dificuldade de atendimento também foi apontada como o principal problema da saúde pública da cidade dos entrevistados, mostrando consistência das respostas dos brasileiros para perguntas diferentes.

A dificuldade em marcar consultas/exames atinge mais pessoas de municípios com mais de 500

mil habitantes, onde 83% dos respondentes concordaram totalmente ou em parte com a afirmação. Em cidades com até 50 mil habitantes esse percentual permanece alto, mas cai para 77%.

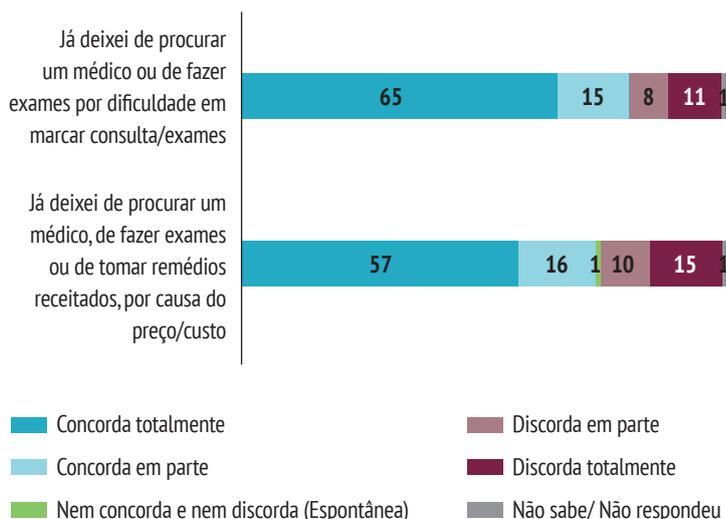
A dificuldade em marcar consultas/exames atinge tanto quem utiliza o serviço público como quem utiliza o serviço privado de saúde. Aproximadamente quatro em cada cinco brasileiros (82%) que utilizam principalmente ou somente o serviço público, concordam total ou parcialmente que já deixaram de procurar um médico ou fazer exames pela dificuldade de marcá-los. Entre aqueles que utilizam principalmente ou somente o serviço privado, esse percentual é de 71%.

A maioria da população também encontra no custo uma barreira para manter os cuidados com a saúde. Cerca de sete a cada dez brasileiros (73%) concorda totalmente ou em parte que já deixaram de procurar um médico, de fazer exames ou de tomar medicamentos prescritos devido ao custo.

A dificuldade de acesso à saúde por causa do custo afeta mais as mulheres e as pessoas de menor renda familiar. Três a cada quatro mulheres (75%) concordam totalmente ou em parte com a afirmação, contra 70% dos homens. Entre os que possuem renda familiar de até um salário mínimo, 75% concordam totalmente ou em parte com a afirmação, percentual que se reduz a 61% daqueles com renda familiar superior a cinco salários mínimos.

Dificuldades para manter os cuidados com a saúde

Percentual de respostas (%)



HOSPITAIS PÚBLICOS

Dois em cada três brasileiros usaram algum serviço em hospital público no último ano

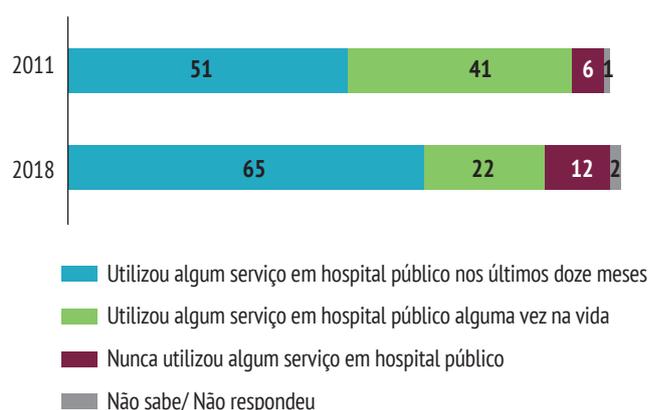
A quantidade de brasileiros que utilizou algum serviço em hospital público nos últimos doze meses cresce de 2011 para 2018. Em 2011, cerca de metade da população (51%) havia utilizado algum serviço em hospital público nos doze meses anteriores à pesquisa. Em 2018, esse percentual aumenta para 65%.

É importante ressaltar que a proporção de pessoas que nunca utilizou algum serviço em hospital público dobrou de uma pesquisa para a outra. Em 2011, foram 6% da população, percentual que subiu para 12% na pesquisa de 2018.

Considerando a pesquisa de 2018, os mais jovens utilizaram algum serviço em hospital público nos doze meses anteriores à pesquisa mais do que aqueles de maior idade: 72% entre dos que possuem entre 16 e 24 anos, contra 57% entre aqueles com 55 anos ou mais. Isso pode estar relacionado ao fato de os mais jovens procurarem mais os serviços de saúde para cuidados por causa de ferimento, dor ou doença, cujo atendimento mais frequentemente ocorre em hospitais.

Utilização dos hospitais públicos

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

A população mais idosa, por sua vez, busca mais exames clínicos e tratamento regular de algum problema de saúde, que podem ser disponibilizados em clínicas, postos de saúde e ambulatórios, além de nos hospitais.



Avaliação de hospitais públicos piora em relação a 2011

A nota média dada pela população acerca da estrutura dos hospitais públicos cai em comparação com 2011 em todos os pontos avaliados, fazendo com que a média geral da avaliação recue de 5,7, em 2011, para 4,6, em 2018.

Condições de limpeza/manutenção é o fator com a maior nota média (5,6), seguido por facilidade de acesso ao hospital (5,5), por roupas, toalhas e roupas de cama (5,1) e por alimentação oferecida (5,1).

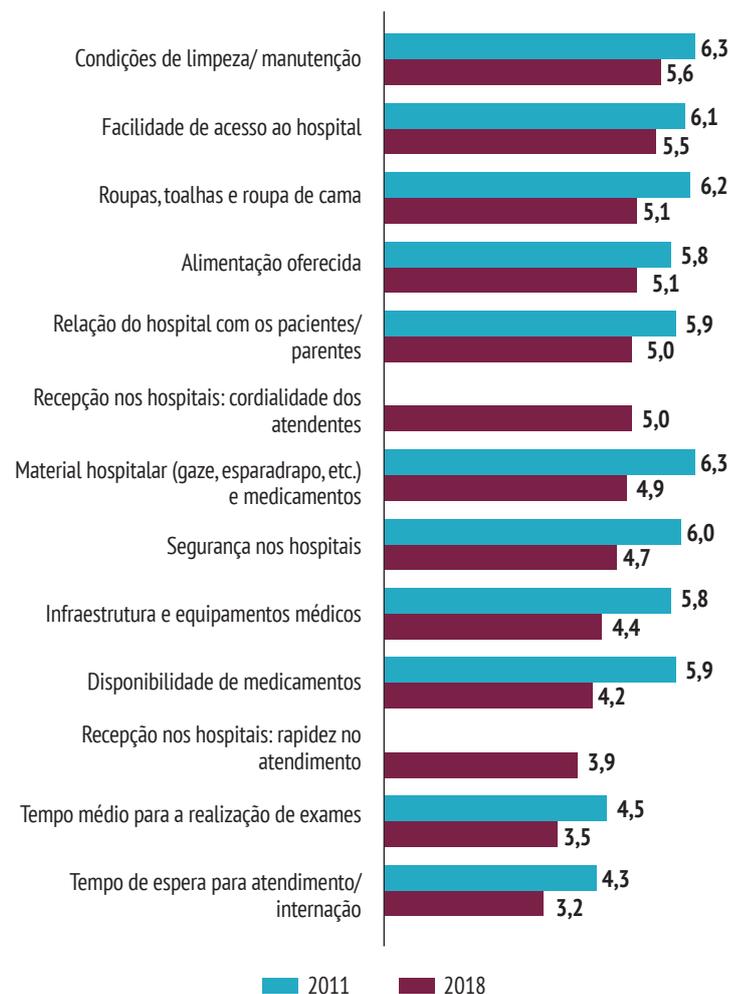
As piores notas são conferidas ao tempo de espera para atendimento/internação (3,2), tempo médio para realização de exames (3,5) e rapidez no atendimento na recepção dos hospitais (3,9). Os três fatores citados obtiveram a pior avaliação entre os aspectos e estão diretamente ligados à dificuldade de se obter atendimento, eleita pelos brasileiros como o principal problema do sistema público de saúde de sua cidade.

A avaliação de todos os fatores de estrutura dos hospitais é melhor na região Sul. A média geral é de 6,0 na região Sul, contra 4,5 nas regiões Nordeste e Sudeste, e 3,8 nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Todos os aspectos foram mais bem avaliados em cidades de menor porte. A maior diferença de nota se verifica em condições de limpeza e manutenção, cuja média passa de 6,7, em cidades com até 50 mil habitantes, para 4,4, em cidades com mais de 500 mil habitantes.

Avaliação da estrutura dos hospitais públicos

Nota média



Nota: os itens "recepção nos hospitais: cordialidade dos atendentes" e "recepção nos hospitais: rapidez no atendimento" não foram avaliados na pesquisa de 2011.

A avaliação dos recursos humanos nos hospitais públicos também piora em relação a 2011. As notas médias conferidas pela população em 2018 foram inferiores às observadas em 2011 para todos os itens avaliados pela população: a nota média cai de 6,3, em 2011, para 5,5 em 2018.

As notas conferidas pelos brasileiros aos recursos humanos dos hospitais públicos são, em média, melhores que as notas conferidas aos recursos físicos e materiais.

Entre os itens melhor avaliados, encontram-se competência e conhecimento dos médicos (6,3), frequência e presença dos enfermeiros no hospital (5,9) e competência e conhecimento dos enfermeiros (5,9).

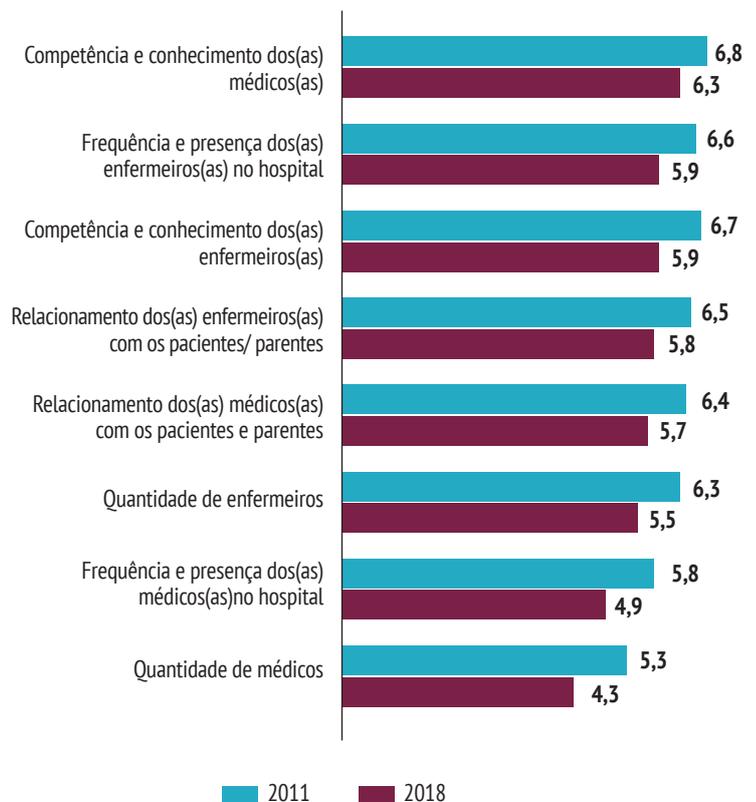
Já entre os itens pior avaliados estão a quantidade de médicos (4,3) e a frequência e presença dos médicos no hospital (4,9), coincidindo então com o terceiro item mais citado como principal problema da saúde pública da cidade dos entrevistados, a falta de médicos.

A avaliação de todos os fatores da equipe de médicos e enfermeiros dos hospitais públicos foram mais bem avaliados na região Sul. A média geral é de 6,5 na região Sul, 5,5 no Nordeste, 5,4 no Sudeste, e de 5,0 nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Todos os aspectos avaliados tiveram melhores notas em cidades de menor porte. Frequência e presença dos médicos no hospital, por exemplo, tem média de 5,8 em cidades com até 50 mil habitantes e de 4,0 em cidades com mais de 500 mil habitantes.

Avaliação da equipe de médicos e enfermeiros dos hospitais públicos

Nota média



As avaliações tanto acerca da estrutura, como acerca da equipe de médicos e enfermeiros dos hospitais públicos foram melhores em cidades do interior e cidades de pequeno porte. Isso é consistente com a melhor avaliação do sistema público em cidades menores, nas quais é maior o percentual de pessoas que avaliam o sistema público como ótimo ou bom.

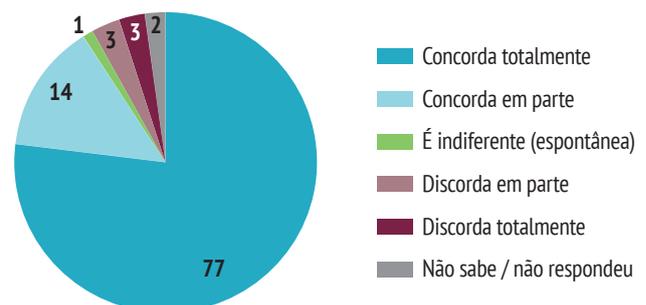
População quer gestão profissional dos hospitais

Em torno de nove a cada dez brasileiros (91%) concordam totalmente ou em parte que os diretores de hospitais devem ter formação específica em administração ou gestão.

Indivíduos com maior grau de instrução concordam mais com essa afirmação. Entre os que possuem educação superior, 94% concordam total ou parcialmente com a afirmativa, percentual que cai a 84% entre os que possuem até a 4ª série do ensino fundamental.

Diretores de hospitais devem ter formação específica em administração/gestão

Percentual de respostas (%)



AÇÕES PARA MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA

População considera mais importante aumentar a oferta de serviços

Os brasileiros apontam como principais ações para melhorar a saúde pública medidas que ampliam a oferta de serviços de saúde, como equipar hospitais e postos de saúde e aumentar o número de médicos. Esses dois fatores são citados por mais da metade da população entre as duas principais medidas para melhorar o serviço público de saúde. As soluções mais citadas pelos brasileiros são coerentes com os problemas mais citados, que são relacionados à dificuldade de atendimento.

Em seguida, entre as medidas mais citadas para melhorar a saúde pública, encontram-se: melhorar a formação profissional e o treinamento dos médicos, com 28% das respostas, e melhorar o salário dos médicos, com 25%.

Entre as pessoas com ensino superior, 65% mencionam equipar melhor os hospitais e os postos de saúde. Percentual que cai para 50% entre as pessoas com até a 4ª série do ensino fundamental.

Das pessoas com educação superior, 31% mencionam melhorar a formação profissional e treinamento dos médicos como formas de melhorar o sistema de saúde pública. Entre as pessoas com até a 4ª série do ensino fundamental, esse percentual cai para 19%.

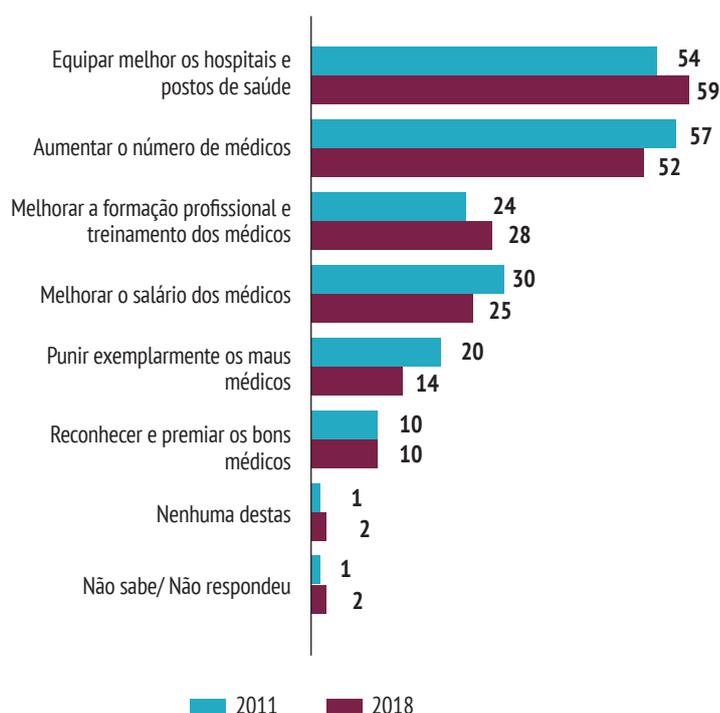
Pessoas com menor grau de instrução são os que mais consideram importante melhorar os salários dos médicos (33% daqueles com até a 4ª série do ensino fundamental), contra 20% daqueles com educação superior.

Aumentar o número de médicos é citado com maior frequência entre a população de menor renda. Esse fator é apontado por aproximadamente seis em cada dez (59%) pessoas com renda familiar de até um salário mínimo, contra menos da metade (47%) da população com renda familiar de mais de cinco salários mínimos.

Melhorar a formação profissional e treinamento dos médicos como formas de melhorar o sistema de saúde pública se destaca entre os mais jovens, indo de 39% entre aqueles de 16 a 24 anos, para 18% entre brasileiros com 55 anos ou mais.

Principais ações para melhorar a saúde pública

Percentual de brasileiros que apontam cada item entre as duas principais ações (%)



Nota: A soma dos percentuais é maior que 100% pois cada entrevistado podia citar até duas ações para melhorar a saúde pública.

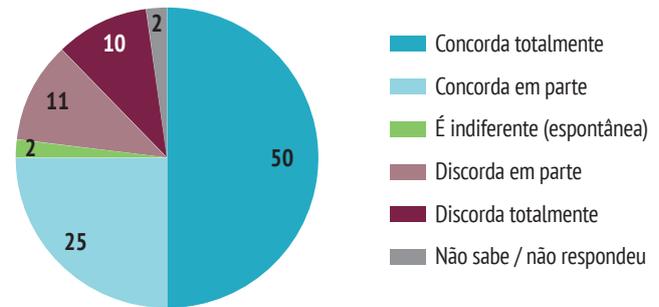


Maioria dos brasileiros concordam que políticas preventivas são mais importantes que novos hospitais

Quando questionados se políticas preventivas (tais como vacinação, orientação, controle de doenças crônicas) são mais importantes para melhorar a saúde da população do que a construção de hospitais, três em cada quatro brasileiros (75%) concordam total ou parcialmente, enquanto 21% discordam totalmente ou em parte.

Políticas preventivas são mais importantes para melhorar a saúde da população que a construção de hospitais

Percentual de respostas (%)

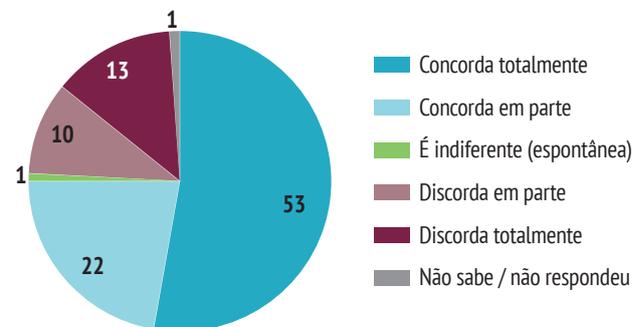


Três em cada quatro concordam com atendimento por médico de família antes de especialistas

Para a maior parte dos brasileiros, é melhor que o paciente sempre seja atendido pelo médico clínico geral ou médico do programa saúde da família antes de ser atendido por um especialista. Três a cada quatro (75%) entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação, enquanto 23% discordam totalmente ou em parte.

É melhor que o paciente sempre seja atendido pelo médico clínico geral ou médico do programa saúde da família antes de ser atendido por um especialista

Percentual de respostas (%)



A população de cidades de menor porte concorda mais com essa afirmação do que a população de cidades de maior porte. Nos municípios com até 50 mil habitantes, 78% concordam total ou parcialmente com a afirmativa, percentual que cai para 72% entre os que moram em cidades com mais de 500 mil habitantes.

É melhor que o paciente sempre seja atendido pelo médico clínico geral ou médico do programa saúde da família antes de ser atendido por um especialista.

Tanto aqueles que usam mais o serviço público como os que usam mais o serviço privado concordam com essa afirmação. Entre os que utilizam principalmente ou somente o serviço público, 77% concordam total ou parcialmente, percentual que cai a 71% entre os que usam principalmente ou somente o serviço privado.



CONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÕES E PROGRAMAS DE SAÚDE

Campanhas de vacinação e farmácia popular são mais conhecidos pela população

Em geral, todas as ações e programas de saúde apresentados são conhecidos pela maioria dos brasileiros, mesmo que só de ouvir falar.

As campanhas de vacinação lideram como a ação de saúde mais utilizada pela população, cerca de quatro a cada cinco (78%) utilizaram pelo menos uma vez na vida. Em seguida, entre os programas utilizados pelo menos uma vez na vida estão: Farmácia Popular (62%), UPA 24h (53%), combate à dengue/zica/chicungunha (49%) e o Programa Nacional de Triagem Neonatal – teste do pezinho (46%).

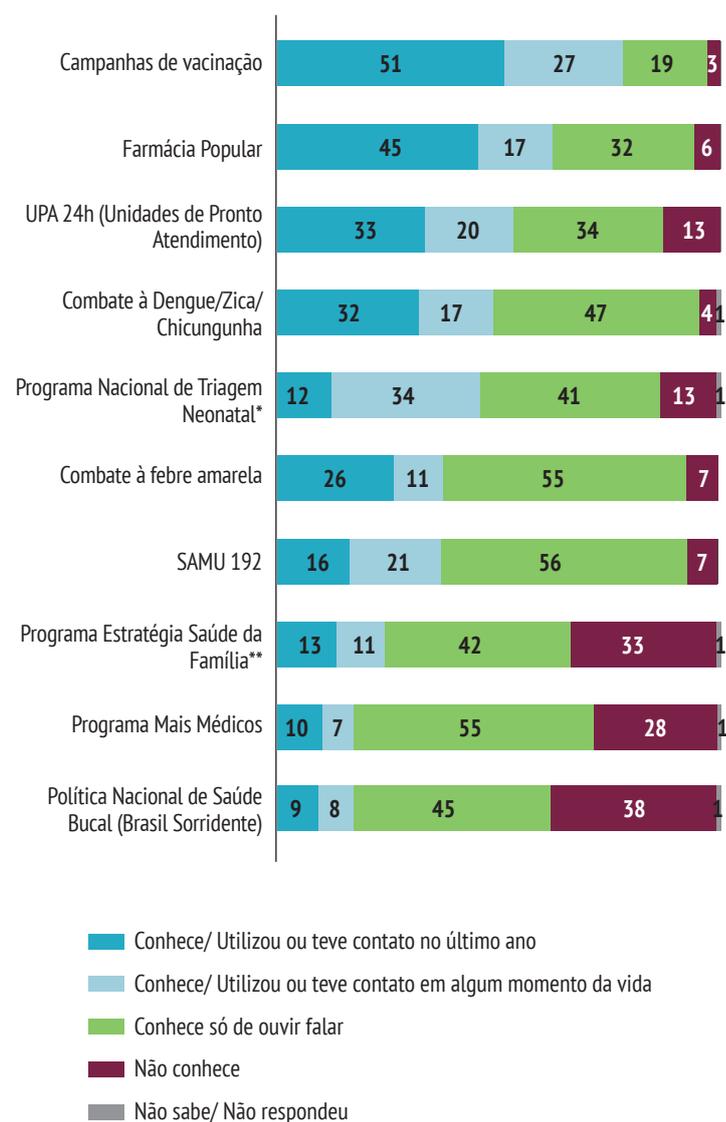
Os programas Estratégia Saúde da Família, Mais Médicos e Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente), são os que apresentam maior parcela de desconhecimento: 38% não conhece o Brasil Sorridente, 33% da população não conhece o programa Estratégia Saúde da Família e 28% não conhece o Mais Médicos.

Alguns dos programas e ações apresentados são destinados a públicos específicos, como é o caso do SAMU 192 (utilizado apenas em casos emergenciais), do teste do pezinho (utilizado apenas por quem tem filho recém-nascido) e do combate à febre amarela (destinado apenas às regiões afetadas). Essa restrição de público pode justificar os altos percentuais de pessoas que os conheçam apenas de ouvir falar desses programas.

No geral, as ações e programas de saúde atingem mais as mulheres do que os homens. As campanhas de vacinação, por exemplo, foram utilizadas nos últimos 12 meses por 57% das mulheres, ante a 44% dos homens. A Farmácia Popular por 49%, contra 40% entre os homens. A UPA 24h usada no último ano por 37% das mulheres, enquanto 29% dos homens usaram no mesmo período.

Conhecimento e utilização de ações e programas de saúde

Percentual de respostas (%)



* teste do pezinho

**antigo Programa Saúde da Família

Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

O programa Farmácia Popular é mais utilizado entre a população mais velha, uma vez que atinge 56% das pessoas com 55 anos ou mais, ante a 37% dos que tem de 16 a 24 anos.

A UPA 24h é mais utilizada pela população das cidades médias e grandes (entre 50 mil e 500 habitantes e com mais de 500 mil habitantes, respectivamente), onde cerca de quatro em cada dez (41%) utilizaram a UPA 24h no último ano, contra 17% da população de cidades pequenas (com até 50 mil habitantes).

O Programa Brasil Sorridente é mais conhecido e utilizado em cidades pequenas, onde 21% dos respondentes conhecem/utilizaram o programa pelo menos uma vez na vida. Nas cidades grandes, 14% das pessoas conhecem/utilizaram o programa pelo menos uma vez na vida. Esse programa, contudo, é um dos mais desconhecidos: a maioria da população, independente o porte do município em que reside, ou conhece apenas de ouvir falar, ou não conhece.



A maior parte da população apenas conhece o programa Mais Médicos de ouvir falar. No entanto, nos municípios com até 50 mil habitantes, aproximadamente um a cada cinco (21%) já teve contato com o programa pelo menos uma vez na vida. Esse percentual cai para 13% nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

Campanhas de vacinação e teste do pezinho são os programas melhor avaliados

Analisando as ações e os programas de saúde em conjunto, a nota média dada pelos brasileiros foi de

6,9. Entre os melhor avaliados, encontram-se as campanhas de vacinação (8,1) e o Teste do Pezinho (7,8).

Avaliação das ações e dos programas de saúde

Nota média conferida pelos brasileiros que conhecem os programas ao menos de ouvir falar

Ações e Programas de saúde	Nota média
Campanhas de vacinação	8,1
Programa Nacional de Triagem Neonatal (teste do pezinho)	7,8
Combate à febre amarela	7,3
Combate à Dengue/Zica/Chicungunha	7,2
Farmácia Popular	7,1
SAMU 192	6,9
UPA 24h (Unidades de Pronto Atendimento)	6,3
Programa Estratégia Saúde da Família (antigo Programa Saúde da Família)	6,3
Programa Mais Médicos	6,1
Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente)	5,7

Nota: As notas médias foram calculadas excluindo as avaliações de quem não conhece os programas.

PLANOS DE SAÚDE

Dois em cada dez brasileiros possuem plano de saúde privado

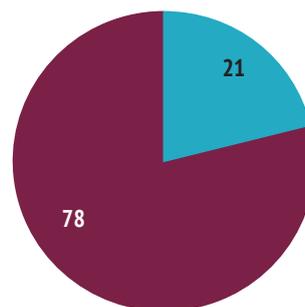
Entre os brasileiros, 21% afirmam ter planos de saúde privados. Entre aqueles que possuem plano de saúde, 49% usam apenas ou principalmente o sistema privado de saúde, 32% usam o sistema público e o sistema privado em igual medida e 17% usam principalmente ou apenas o sistema público.

Entre os brasileiros que possuem plano de saúde, cerca de seis em cada dez (59%) afirmam que o plano é empresarial, isto é, adquirido por meio da empresa em que a pessoa trabalha. Os que afirmam que o plano de saúde é particular, adquirido diretamente como pessoa física são 40%.



População com plano de saúde

Percentual de respostas (%)

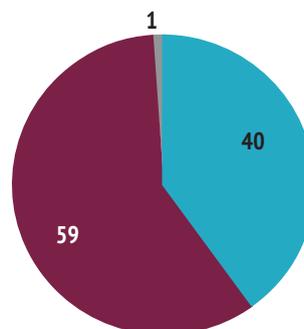


■ Tem plano particular ■ Não tem plano particular

Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Plano de saúde particular ou empresarial

Percentual de respostas (%)



■ Particular ■ Empresarial ■ Não sabe/ Não respondeu

OBRIGAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

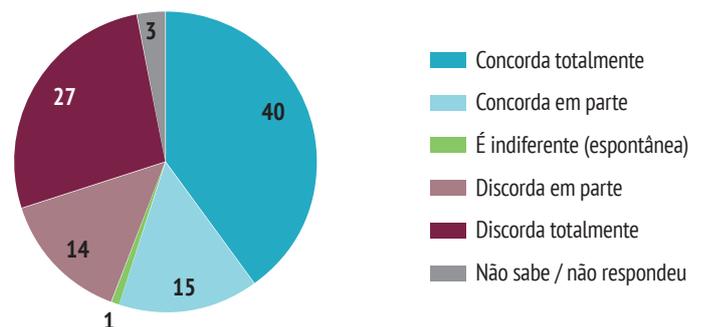
População praticamente se divide quanto à justiça dos planos terem que pagar por serviços não cobertos

Embora a maioria da população (55%) concorde que os planos de saúde tenham que pagar tratamentos e exames que não estavam na cobertura contratada, o percentual de discordância também é alto (41%).

Não há diferença significativa entre a opinião daqueles que possuem plano de saúde privado e aqueles que não possuem quanto a esse assunto.

É justo que o plano de saúde tenha que pagar tratamentos e exames que não estavam na cobertura contratada

Percentual de respostas (%)



Brasileiros concordam que governo deve oferecer todos os tratamentos, independentemente do custo ou da comprovação científica

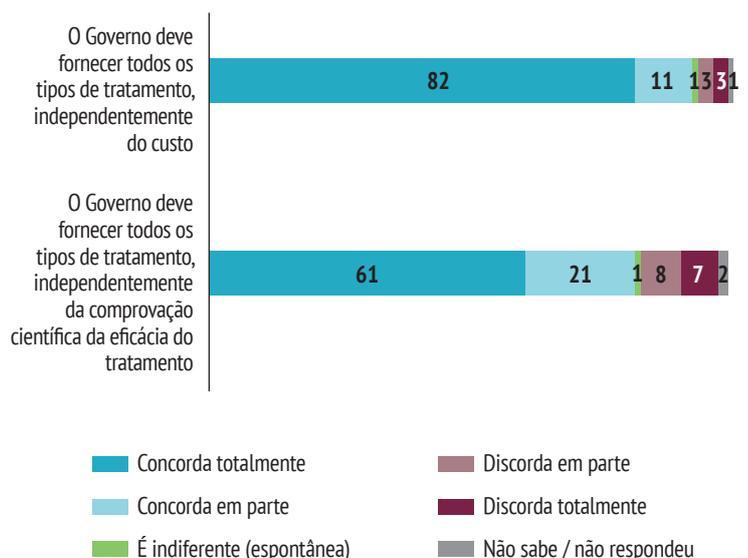
Existe consenso entre os brasileiros sobre a obrigatoriedade de o governo prover todos os tipos de tratamentos: 93% concordam totalmente ou em parte que o governo deve fornecer todos os tipos de tratamento, independentemente do custo.

Aproximadamente oito em cada dez pessoas (82%) concordam totalmente ou em parte que o governo deve fornecer todos os tipos de tratamento, independentemente da comprovação científica da eficácia do tratamento.

O percentual dos que concordam totalmente ou em parte que o tratamento deve ser provido pelo governo independentemente de comprovação científica é menor quanto maior o grau de instrução, embora permaneça elevado entre os brasileiros com educação superior. Entre as pessoas com educação superior, 75% concordam totalmente ou em parte com a afirmação, contra 86% daqueles com até a 4ª série do ensino fundamental.

O governo deve oferecer todos os tipos de tratamento

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.



Especificações técnicas

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência.

Perfil da amostra: 2.000 entrevistas em 126 municípios.

Período de campo: 2 a 25 de março de 2018.

Margem de erro: a margem de erro estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Nível de confiança: 95%.



Veja mais

Mais informações como tabela de dados, incluindo dados por perfil do respondente e outras edições desta pesquisa em:

www.cni.com.br/rsb

CNI

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

Edson Velloso

Gerente de Estatística

Maria Carolina Correia Marques

Vinícius Luís de Souza Nonato (estagiário)

Equipe técnica

Carla Regina P. Gadêlha

Produção editorial e diagramação

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

IBOPE Inteligência

Elaboração da Pesquisa



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

www.cni.com.br/indicadorescni